



**CAMARA MUNICIPAL DE UBÁ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº.: CLJF-072/85, em 28 de agosto de 1.985

Assunto : Parecer

Serviço : Comissão de Legislação, Justiça e Finanças

Exmo. Sr.

Dr. Norton Antônio Fagundes Reis

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta

*Sistos ao Edil William Cabral até a próxima reunião e xerox ao Edil Afonso Mendes.*  
*Em 02/09/85*

\_\_\_\_\_  
Presidente

APROVADO POR: *unanimidade dos presentes,*  
*em 1ª votação*

Em *17 / 09 / 85*

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

REF.: Projeto de Lei nº 044/85 - "Cria cargo de Assessor Legislativo, fixa-lhe o respectivo vencimento mensal e contém outras disposições".

Senhor Presidente:

Os Vereadores abaixo assinados, membros da Comissão de Legislação, Justiça e Finanças, após examinarem o referido projeto de Lei, emitem o seguinte parecer:

a) pretende a Mesa da Câmara Municipal de Ubá, através dos nobres Edis Dr. Norton Antônio Fagundes Reis - Presidente, Sr. Lincoln Rodrigues Costa - Vice-Presidente; Sr. Afonso Ligório Campos Mendes - 1º Secretário, criar o cargo de "Assessor Legislativo", fixando-lhe o respectivo vencimento correspondente ao nível VII, hoje no valor de Cr\$600.000, do Quadro Geral dos Servidores do Município;

b) juntam justificativa onde afirmam que os motivos desta criação de cargo são, entre tantos, "o volume crescente dos serviços administrativos da Câmara Municipal de Ubá e o constante progresso do Município de Ubá", além deste vir atender não só à Secretaria da Câmara, como também os anseios e necessidade de toda a Edilidade";

c) recorrendo às leis, encontraremos:

-EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, de 01 de outubro de 1970, que cria a "Constituição do Estado de Minas Gerais".

Art. 162 - "A iniciativa de projeto de lei municipal caberá ao Prefeito, ao Vereador e às Comissões da Câmara Municipal;"

§ 1º - "É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das Leis que disponham sobre matéria financeira e orçamentária, criem empregos, cargos e funções públicas, aumentem os vencimentos ou a

*[Handwritten signature]*

APROVADO POR: *unanimidade*  
*dos Vs Vereadores presentes.*

Em *23 / 09 / 85*

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara



CAMARA MUNICIPAL DE UBA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº.:

Assunto :

Serviço :

.../...

despesa pública, ressalvada a competência da Câmara Municipal no que concerne aos respectivos serviços administrativos";

LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 28 de dezembro de 1972, que "contém a Organização Municipal do Estado de Minas Gerais".

Art. 53 - "Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias do interesse do Município, especialmente:"

V - "criação de cargos e fixação dos respectivos vencimentos";

Art. 54 - "Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, entre outras, expedindo a respectiva Resolução, quando for o caso:"

IV - "propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos";

Art. 147 - "os cargos públicos são criados por Lei, que fixa denominação, vencimentos e condições de provimento."

Parágrafo Único - A iniciativa das leis sobre pessoal cabe ao Prefeito, exceto quanto à criação, extinção e alterações de cargos do pessoal da Secretaria da Câmara, cuja iniciativa é de sua Mesa Diretora".

Desta forma, buscando-se o Dr. Genaro Assumpção Pinto de Salles, Assessor Jurídico da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, encontramos a seguinte interpretação:

"Há duas espécies de servidores públicos municipais: Uma de ocupantes de cargos públicos, criados por Lei e pertencentes ao Quadro de servidores do Município, com denominação e vencimentos próprios. Esses servidores efetivos têm a categoria de funcionários públicos, sendo regidos pelo Estatuto dos Servidores Municipais, daí que são vinculados ao Município pelo regime estatutário. Outra espécie de servidores é a de contratados, sendo seus direitos regulados por regime especial estabelecido em Lei Municipal ou pela Consolidação das Leis do Trabalho".



CAMARA MUNICIPAL DE UBA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº.:

Assunto :

Serviço :

.../...

"Os cargos do quadro de pessoal da Câmara Municipal não podem ter vencimentos superiores aos correspondentes ' do Poder Executivo. Tais cargos são criados por Lei Municipal, através de projeto de exclusiva competência da Câmara, devendo ser aprovada por maioria absoluta."

O presente projeto de Lei enquadra-se perfeitamente dentro do estabelecido em Lei e SOMOS FAVORÁVEL à sua aprovação.

Tomamos a liberdade de sugerir à Presidência, se aprovado pela Casa o presente instrumento, observe o art. 55, ítem XIII, da Lei Complementar nº 03, ao efetivar o ATO da nomeação, após a sanção do Chefe do Executivo, decida a categoria de funcionário público, com que será regido este servidor.

É o nosso Parecer.

Atenciosamente,

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E FINANÇAS

Dr. Miguel Poggiali Gasparoni  
Presidente

José Januário Carneiro Neto  
Membro Titular

José Xavier Brandão Teixeira  
Membro Titular